



VISÃO

CONTABILIDADE DIGITAL

BOLETIM INFORMATIVO – OUTUBRO 2021

Edição n°. 12 - Ano 27 - CRC/RS 8.949

OS LEGADOS PARA A CONTABILIDADE NA PANDEMIA

Transformação digital, necessidade de aperfeiçoamento constante e novas regras como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) são os grandes marcos para os profissionais contábeis desde o início da pandemia de Covid-19. No Dia do Contador, celebrado em no ultimo dia 22 de setembro, a reflexão paira sobre quais legados e aprendizados o período deixa para a profissão.

Na visão da presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRCRS), Ana Tércia Rodrigues, a pandemia acelerou processos que já estavam previstos, mas acabaram sendo antecipados em razão das limitações do período. A contadora defende que a classe deve, cada vez mais, desenvolver o “pensamento digital”, que não só se refere a digitalização de documentos mas, sim, a criação de uma cultura incorporada nas empresas. “No futuro, o que teremos de refletir é o quanto se conseguiu manter, melhorar e performar”, pontua.

A partir da digitalização, outro desafio que se impôs aos contadores foi a LGPD, que tornou obrigatória a preocupação com a segurança dos dados. Os escritórios, que lidam com informações sensíveis, como CPF e números de contas bancárias, seguem enfrentando o peso da responsabilidade de manuseá-las. “A verdade é que não temos cultura de conhecimento para lidar com essa demanda”, afirma Ana.

Além disso, com muitas mudanças a cada dia, os contadores precisaram estar sempre dois passos à frente, afirma a presidente. Isso porque, a cada nova Medida Provisória (MP) publicada pelo governo que alterava questões trabalhistas e salariais, os escritórios de contabilidade precisavam se adaptar e aconselhar os clientes em questão de horas. “As pessoas precisaram estudar e entender, de uma forma até sofrida”, relata. Nesse processo, Ana avalia que até mesmo o ensino remoto, que antes era mal visto por muitos, foi melhor aceito.

Para lidar com essa realidade, a classe contábil precisou de muita união e senso de coletividade. E nisso, não deixou a desejar. Coordenador da Comissão de Estudos da Tecnologia da Informação do CRCRS, Flávio Duarte Ribeiro Jr. percebe que muitos escritórios e profissionais se auxiliaram de forma mútua, principalmente em março de 2020 quando as restrições pela pandemia foram mais fortes.

Além da força dos contadores, Ribeiro Jr. destaca a importância das entidades de classe que, no momento crítico, se focaram em reivindicar o trabalho dos profissionais contábeis como essencial. “Os prefeitos entenderam a importância de ter um contador”, afirma. Apesar da crise econômica e sanitária imposta pela Covid-19, o coordenador avalia que a jornada foi “melhor do que se tinha imaginado”, no sentido da permanência de empresas no ambiente de negócios.

Para o futuro, um dos grandes desafios será a capacidade de liderança de equipes. Para Ana Tércia, apesar do digital já estar bem consolidado, a parte de tratamento humano ainda enfrenta entraves e dificuldades. Por isso, escritórios devem se qualificar nesse sentido. “O gestor do futuro é um profissional que vai ter que entender de pessoas”, pontua. Fonte: Jornal do Comercio.

SUBLIMITE DO SIMPLES NACIONAL - ENQUADRAMENTO OU DESENQUADRAMENTO

A Lei Complementar 123/2006 (art. 13-A) estabelece, para fins de recolhimento do ICMS e do ISS, um sublimite de receita bruta de R\$ 3,6 milhões.

Aquelas empresas que tiverem ultrapassado esse sublimite em menos de 20% (receita bruta anual de R\$ 3,6 milhões a R\$ 4,32 milhões) ficam impedidos de calcular o ICMS e o ISS no Regime a partir do ano-calendário seguinte. Já aqueles que ultrapassaram o montante em mais de 20%, ou seja, R\$ 4,32 milhões, ficam impedidos de apurar tais tributos com as regras do SN a partir do mês subsequente.

Por outro lado, passam a apurar o ICMS e o ISS por dentro do Simples Nacional aqueles contribuintes que no ano anterior haviam ultrapassado o sublimite, mas que no ano corrente ficaram abaixo do sublimite.

Importante salientar que as receitas brutas de mercado interno e de mercado externo devem ser consideradas separadamente. Vale dizer, ao sublimite de mercado interno de R\$ 3.600.000,00 soma-se outro, no mesmo valor, de exportações de mercadorias e serviços.

Resumo:

Situação 1 - A Receita Bruta Acumulada no Ano Anterior (RBAA) foi inferior ou igual a R\$ 3,6 milhões:

A empresa pode iniciar o ano no Simples Nacional, recolhendo todos os tributos neste regime, observando as disposições do art. 13, § 1º da LC 123/06.

Se no ano anterior a empresa estava enquadrada como Geral-RS/SN-Federal, há necessidade de solicitar o enquadramento por não ultrapassagem do sublimite.

Situação 2 - A Receita Bruta Acumulada no Ano Anterior (RBAA) foi superior a R\$ 3,6 milhões mas inferior ou igual a R\$ 4,8 milhões: A empresa pode iniciar o ano recolhendo os tributos federais no Simples Nacional, mas estará impedida de recolher o ICMS/ISS desde o início do ano neste regime. Deve apurar o ICMS e/ou ISS "por fora" do SN o ano todo.

Neste caso é necessário solicitar o desenquadramento por ultrapassagem do sublimite.

Situação 3 - A Receita Bruta Acumulada no Ano Corrente (RBA) ultrapassou o sublimite em mais de 20%, ou seja R\$ 4.320.000,00: A empresa continua recolhendo no Simples Nacional os tributos federais, mas estará impedida de recolher o ICMS/ISS no Simples Nacional a partir do mês seguinte.

Neste caso é necessário solicitar o desenquadramento por ultrapassagem do sublimite.

GESTANTE LEI Nº 14.151/2021

O Trabalho em home office acabou tornando-se um direito de todas as gestantes no Brasil durante a pandemia de acordo com a Lei nº 14.151/2021, artigo 1º - Durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus, a empregada gestante deverá permanecer afastada das atividades de trabalho presencial, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único - A empregada afastada nos termos do caput deste artigo ficará à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância.

Assim, enquanto durar o estado de emergência, as mulheres grávidas devem trabalhar de casa, sem risco de demissão sem justa causa ou suspensão e redução do salário.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL NOTIFICA DEVEDORES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas e empresas de pequeno porte devem ficar atentas para não serem excluídas de ofício do Simples Nacional, por motivo de inadimplência.

No dia 09/09/2021 foram disponibilizados, no Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), os Termos de Exclusão do Simples Nacional e os respectivos Relatórios de Pendências dos contribuintes que possuem débitos com a Receita Federal e/ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Os referidos documentos podem ser acessados tanto pelo Portal do Simples Nacional, por meio do DTE-SN, ou pelo Portal e-CAC do site da Receita Federal do Brasil, mediante código de acesso ou certificado digital (via Gov.BR).

Para evitar a sua exclusão do Simples Nacional a partir de 01/01/2022, a empresa deve regularizar a totalidade dos seus débitos, por meio de pagamento ou parcelamento, no prazo de 30 dias a contar da data de ciência do Termo de Exclusão.

A empresa que regularizar a totalidade de suas pendências dentro do prazo mencionado não será excluída pelos débitos constantes do referido Termo de Exclusão, tornando-o sem efeito. Continuará, portanto, no regime do Simples, não havendo necessidade de qualquer outro procedimento, sendo desnecessário o comparecimento em qualquer unidade da RFB.

BRASIL TEM NOVAS REGRAS PARA PAGAMENTO E TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAIS

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (BC) alteraram a regulamentação cambial e de capitais internacionais para alinhá-las às inovações tecnológicas e aos novos modelos de negócios sobre pagamentos e transferências internacionais. "As novas regras buscam promover um ambiente mais competitivo, inclusivo e inovador para a prestação de serviços aos cidadãos e empresas que enviam ou recebem recursos do exterior", informou o BC.

As novas medidas permitirão que as instituições de pagamento (IPs), as fintechs, autorizadas a funcionar pelo BC, também possam operar no mercado de câmbio, atuando exclusivamente em meio eletrônico. Atualmente, somente bancos e corretoras podem fazer as operações. Essa permissão entrará em vigor em 1º de setembro de 2022 e as demais medidas em 1º de outubro deste ano.

De acordo com o BC, as instituições não bancárias autorizadas a operar no mercado de câmbio, como corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e corretoras de câmbio e instituições de pagamento, poderão utilizar diretamente suas contas em moeda estrangeira mantidas no exterior para liquidar operações realizadas no mercado de câmbio.

Os exportadores brasileiros também poderão receber suas receitas em conta de pagamento mantida em seu nome em instituição financeira no exterior ou em conta no exterior de instituição não bancária autorizada a operar no mercado de câmbio.

As novas regulamentações também permitem que o recebimento ou entrega dos reais em operações de câmbio, sem limitação de valor, também possa ocorrer a partir de conta de pagamento do cliente mantida em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BC ou em IPs participantes do PIX.

Ainda será permitido que residentes, domiciliados ou com sede no exterior sejam titulares de contas de pagamento pré-paga em reais. Fonte: Jornal do Comercio.



Agenda das Principais Obrigações Outubro/2021



DIAS	COMPROMISSOS
01/10	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de setembro 2021
06/10	SALÁRIOS - SETEMBRO DAE - DOMÉSTICAS GFIP - AGOSTO
13/10	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/10/2021
13/10	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - SETEMBRO ICMS - COMÉRCIO - SETEMBRO ICMS - INDÚSTRIA - SETEMBRO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - AGOSTO
15/10	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - SETEMBRO
20/10	GPS - SETEMBRO IRF - SETEMBRO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - SETEMBRO
21/10	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - SETEMBRO
21/10	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/10/2021
25/10	ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - AGOSTO ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - SIMPLES NACIONAL - AGOSTO IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - SETEMBRO COFINS - SETEMBRO PIS - SETEMBRO
29/10	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente setembro 2021
29/10	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - SETEMBRO - ESTIMATIVA IRPJ - SETEMBRO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 3º TRIMESTRE/2021 IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 3º TRIMESTRE/2021
01/11	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/10/2021



Curta nossa página no Facebook e Instagram: [@visaocont](#)

VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade